

Cheques confirmaram o esquema

As provas mais contundentes, até agora, apresentadas na CPI do Orçamento, foram levantadas pela Subcomissão de Bancos, que já examinou 120 mil lançamentos e fez 114 diligências. Foi a subcomissão que descobriu os três cheques do deputado Genebaldo Correia para o deputado Ibsen Pinheiro, sinalizando a forma como o ex-presidente da Câmara atuava no esquema do orçamento. O ex-assessor da Comissão de Orçamento, José Carlos Alves dos Santos, já havia dito que Genebaldo era o representante de Ibsen no esquema.

No depoimento do deputado José Geraldo Ribeiro, o parlamentar foi surpreendido com um cheque do Banco Rural, emitido no dia 17 de maio de 90, em favor da Rima Florestal, para pagamento da fazenda Flores, em Januária (MG). Durante todo o interrogatório, José Geraldo — apontado com um dos principais integrantes do esquema — negou a propriedade da fazenda. O deputado Cid Carvalho, que também não admitiu participar do nú-

cleo de corrupção do orçamento, foi surpreendido com a cópia de um cheque do deputado João Alves, em sua conta.

Em contrapartida, a subcomissão teve de amargar o erro no resultado final da movimentação financeira do deputado Flávio Derzi. Irônico, Derzi fez a correção diretamente ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, dizendo que a subcomissão tinha contabilizado menos US\$ 3 milhões em suas contas.

No relatório, Benito vai sugerir providências com relação às contas fantasmas e aos laranjas. Na sua opinião, é preciso haver um sistema de fiscalização pelo Banco Central e punição aos estabelecimentos que permitem esse tipo de irregularidade — atualmente estima-se em quatro milhões o número de contas fantasmas. Segundo Benito, entre as propostas de moralização do setor está a identificação dos saques e confisco de recursos das contas fantasmas. (L.D.)